



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

2015



Reitora do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

Maria Neusa de Lima Pereira

Pró-Reitora de Ensino e Pós-Graduação

Marcelina Teruko Fujii Maschio

Diretoria de Educação Superior e Pós-Graduação

Elaine Borges Monteiro Cassiano

Diretoria de Educação a Distância

Edilene Maria de Oliveira

Coordenadora do Curso Tecnológico em Gestão Pública

Suellen Moreira de Oliveira - 1879845 – Doutora - Câmpus Três Lagoas

Sistematização do Projeto Pedagógico

Elaine Borges Monteiro Cassiano

Reinaldo Mesquita Cassiano

Núcleo Docente Estruturante

Edilene Maria de Oliveira – 1871156 – Mestre - Câmpus Campo Grande

Elaine Borges Monteiro Cassiano – 1941845 – Mestre - Câmpus Campo Grande

João Massuda Junior – 1885025 – Mestre - Câmpus Campo Grande

Lesley Soares Bueno- 1978295 – Mestre - Câmpus Ponta Porã

Suellen Moreira de Oliveira - 1879845 – Doutor - Câmpus Três Lagoas



Nome da Unidade:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul
CNPJ/CGC	10.673.078/0001-20
Data	Data da primeira versão 20/02/2015

Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Diplomação:	Tecnólogo em Gestão Pública
Carga Horária Total	1630 horas na modalidade Educação a Distância (EaD)

HISTÓRICO do PPC

Criação:

Resolução COSUP:

Data:

Histórico de Alterações

Tipo :

Data:



SUMÁRIO

1. JUSTIFICATIVA.....	5
1.1 INTRODUÇÃO	5
1.2 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	6
1.3 DEMANDA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	8
1.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DOS CURSOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA.....	10
2. OBJETIVOS.....	13
2.1 OBJETIVO GERAL.....	13
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
3. CARACTERÍSTICAS DO CURSO.....	14
3.1. PÚBLICO-ALVO.....	14
3.3. REGIME DE ENSINO	15
3.4. REGIME DE MATRÍCULA	15
3.5. DETALHAMENTO DO CURSO	16
5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	17
5.2. MATRIZ CURRICULAR.....	20
5.3 DISTRIBUIÇÕES DA CARGA HORÁRIA	21
5.4. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS	23
5.5 ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO	36
6. METODOLOGIA.....	36
7. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	43
7.1. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO E DE CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS	44
8. INFRAESTRUTURA DO CURSO.....	45
9. RECURSOS HUMANOS	49
9.1 CORPO DOCENTE	49
9.2 EQUIPE TÉCNICO ADMINISTRATIVA DE APOIO À GESTÃO DO CURSO	49
9.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	50
9.4 COLEGIADO DE CURSO.....	50
9.5 COORDENAÇÃO DO CURSO	51
10. APOIO AO DISCENTE.....	52
10.1. AÇÕES PARA PERMANÊNCIA E ÊXITO DO ESTUDANTE.....	52
10.2. NÚCLEO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E EDUCACIONAL (NUGED)	53
10.3. NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS.....	54
10.4. REGIME DOMICILIAR.....	54
10.5. ACOMPANHAMENTO AO EGRESSO	54
11. DIPLOMAÇÃO	54
12. AVALIAÇÃO DO CURSO	55



1. JUSTIFICATIVA

1.1 INTRODUÇÃO

Formulando objetivos coerentes com a missão que chama para si enquanto Instituição integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, pensando e examinando o social global, o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - IFMS planeja uma atuação incisiva na perspectiva da transformação da realidade local e regional, em favor da construção de uma sociedade menos desigual.

O IFMS elege, como uma de suas principais missões educacionais, ocupar-se de forma substantiva de um trabalho construtivo, voltado para o desenvolvimento regional. Como a implantação e ampliação gradativa dos cursos superiores de tecnologia são instrumentos para adequar o Ensino Superior ao contexto da realidade socioeconômica do país, colaboramos para a promoção desse desenvolvimento que vem ao encontro dos objetivos do IFMS.

Tendo em vista estes aspectos e considerando que a área profissional de Tecnologia em Gestão Pública compreende atividades desempenhadas em todas as organizações públicas, dos mais diversos setores econômicos e de todos os portes e ramos de atuação, e ainda, que compreende também organizações privadas que lidem de alguma forma com o setor público, seja por meio da participação em licitações ou da prestação de serviços, as quais também necessitam de profissionais que compreendam as particularidades do serviço público, pretende o IFMS, oferecer o curso superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade Educação à Distância.

Com isso, o IFMS busca inserir no mundo do trabalho pessoas capacitadas que estejam aptas a aproveitarem o crescimento da demanda do setor público, oferecendo a oportunidade de capacitação aos trabalhadores já inseridos ou que desejam inserir-se no setor público, colaborando com o desenvolvimento profissional dos mesmos. Ao mesmo tempo oferece às organizações públicas, ou às que estejam ligadas ao setor público, a oportunidade de acessarem no mercado de trabalho mão de obra qualificada.

Com o propósito de aprimorar e fortalecer os cursos superiores de tecnologia e em cumprimento ao Decreto nº 5.773/06, o Ministério da Educação apresentou em 2006 o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia como um guia para referenciar estudantes, educadores, instituições, sistemas e redes de ensino, entidades representativas de classes, empregadores e o público em geral.

O Catálogo organiza e orienta a oferta de Cursos Superiores de Tecnologia, inspirado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico e em



sintonia com a dinâmica do setor produtivo e os requerimentos da sociedade atual.

O Projeto Pedagógico para implantação do curso, além de ter como guia de referência o já mencionado Catálogo, está em conformidade com a proposta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fundamenta, dentre outras, a prática educativa vinculada ao mundo do trabalho. Em conformidade com o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, o curso está organizado de acordo com a estrutura sócio ocupacional e tecnológica da área de formação, articulando esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência, tecnologia e cultura para que o ingressante possa atuar de modo efetivo no mundo do trabalho.

Ancorado pelo Parecer CNE/CES nº 436/01, de 02 de abril de 2001, das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico – DCN, aprovada pelo CNE em 03 de dezembro de 2002, a atual proposta é a caracterização efetiva de um novo modelo de organização curricular de Nível Superior, que privilegia as exigências de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e mutante, no sentido de oferecer à sociedade uma formação profissional de Nível Superior com duração compatível com a área tecnológica e, principalmente, relacionada com a atualidade dos requisitos profissionais.

Configurado, desta forma, na perspectiva de formar profissionais aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora, as atividades na área profissional pública e com capacidade para utilizar, desenvolver ou adaptar tecnologias com a compreensão crítica das implicações daí decorrentes, IFMS colabora com o atendimento da demanda cada vez maior da sociedade por uma gestão pública de qualidade.

1.2 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Mato Grosso do Sul é uma das 27 unidades federativas do Brasil; está localizado ao sul da região Centro-Oeste. Tem como limites os estados de Goiás (nordeste), Minas Gerais (leste), Mato Grosso (norte), Paraná (sul) e São Paulo (sudeste), além da Bolívia (oeste) e o Paraguai (oeste e sul). Possui uma área de 357.145.532 km², que abriga 79 municípios e 2.619.657 pessoas, segundo a contagem de população IBGE (2014). Sua capital é a cidade de Campo Grande. Outros municípios economicamente importantes são Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã, Aquidauana, Nova Andradina e Naviraí.



Figura 1 – Mapa do estado de Mato Grosso do Sul.

Fonte: Ministério dos Transportes, 2014.

O Estado constituía a parte meridional do Estado do Mato Grosso, do qual foi desmembrado por lei complementar de 11 de outubro de 1977 e instalado em 1º de janeiro de 1979. Porém, a história e a colonização da região onde hoje está a unidade federativa é bastante antiga, remontando ao período colonial antes do Tratado de Madri, em 1750, quando passou a integrar à coroa portuguesa.

Durante o século XVII, foram instaladas duas reduções jesuíticas, Santo Inácio de Caaguaçu e Santa Maria da Fé do Taré, entre os índios Guarani na região, então conhecida como Itatim. Uma parte do antigo Estado estava localizada dentro da Amazônia Legal, cuja área, que antes ia até o paralelo 16, estendeu-se mais para o sul, a fim de beneficiar com seus incentivos fiscais a nova unidade da federação. Historicamente vinculado à região Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul teve na pecuária, na extração vegetal e mineral e na agricultura, as bases de um acelerado desenvolvimento iniciado no século XIX.

Com forte tradição agropecuária, Mato Grosso do Sul é o estado de maior crescimento econômico na região centro-oeste. Entre 1990 e 1998, o estado se desenvolveu a um ritmo 25% mais acelerado que a taxa acumulada de crescimento do Brasil, de acordo com o Ipea. Nesse período, Mato Grosso do Sul muda também seu perfil econômico, industrializando-se. Em 1990, a atividade agropecuária correspondia a 24,4% do PIB estadual, enquanto a indústria era responsável por 13%. Em 1998, cada um desses setores tem



participação de 22%. Em 2004, respectivamente, 31,2% e 22,7%, além de 46,1% para o setor de serviços.

Atualmente sua economia tem se voltado à industrialização, ainda que ligada ao campo, e aos setores de comércio e serviços. A principal atividade industrial é a de gêneros alimentícios, seguida de transformação de minerais não metálicos e da industrialização de madeira. De acordo com a Federação das Indústrias do Mato Grosso do Sul (FIEMS), nos últimos anos, o setor industrial sul-mato-grossense registrou o crescimento de 101% no número de trabalhadores no período de 2005 a 2013.

Ainda segundo a FIEMS, no mesmo período, o setor de serviços apresentou um crescimento de 79,1%, o setor de comércio teve um aumento de 52%, o setor agropecuário avançou 27% e o setor de administração pública apresentou um salto de 17%, totalizando, em todo o Estado, uma elevação de 53,3%.

O resultado disso, conforme dados da SEMAC (Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia), é que o setor secundário, que congrega as indústrias, apresentou em 2011 uma participação de 22,82% na geração de riquezas no estado. Já a agropecuária acrescentou apenas 14,04% ao PIB sul-mato-grossense. O setor terciário, que engloba comércio, serviços, administração pública, entre outros, foi responsável por 63,14% das riquezas geradas em 2011. Isso mostra uma modernização da economia sul-mato-grossense, que vem caminhando rumo ao desenvolvimento econômico.

1.3 DEMANDA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Devido às mudanças no cenário econômico mundial que vêm ocorrendo nos últimos anos e ao fenômeno da globalização, verifica-se o surgimento de novos atributos necessários aos profissionais da era do conhecimento. O mercado mundial tornou-se mais competitivo e exigente, tanto em produtos como em serviços, o que impõe uma nova postura profissional. Destacando-se nesse contexto o estado de Mato Grosso do Sul encontra-se em franco desenvolvimento econômico e social.

Diante deste universo, cabe ao IFMS se empenhar na construção de um modelo de formação profissional cujo perfil faça frente ao exigente mundo do trabalho na atualidade.

A prestação de serviço público é essencial para o funcionamento harmonioso e próspero de todas as sociedades. Nesta perspectiva, sendo o setor público essencial no processo de desenvolvimento de uma região, há uma grande solicitação do contexto



socioeconômico para a formação de profissionais para a Gestão Pública, a fim de atenderem à grande demanda desse setor por pessoas qualificadas.

Surge assim a necessidade de desenvolver uma estrutura curricular de acordo com as expectativas contemporâneas da Formação Profissional. A oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública está intimamente ligada a essas crescentes demandas uma vez que o setor público é composto pelas mais variáveis organizações que, por sua vez, necessitam intensamente dos serviços de gestores para garantir a eficiência e agilidade em seus processos.

Diante do exposto, a proposta de implantação do curso é justificada, pois no estado de Mato Grosso do Sul existe a necessidade de se formar profissionais capacitados para atuarem no setor público, atendendo às mais diversas organizações públicas.

Conforme dados da SEMAC, o Produto Interno Bruto, que representa a soma de todas as riquezas produzidas na economia durante um determinado período, de Mato Grosso do Sul cresceu 225% entre 2002 e 2010. Desempenho superior ao registrado na economia nacional (180%) e na região Centro Oeste (206%). No período de 2007 a 2011 o crescimento médio do PIB estadual ficou em 5,72%, evidenciando o grande dinamismo na economia sul-mato-grossense. A previsão feita pelo governo estadual é de que esse crescimento deve continuar nos próximos anos acima de 5% anuais, ou seja, o nível de atividade econômica do estado continuará em crescimento nos próximos anos.

O crescimento que se evidencia também na análise dos dados referentes ao mercado de trabalho. No ano de 2012, em Mato Grosso do Sul havia 1.351.557 pessoas ocupadas no mercado de trabalho, das quais, a maioria encontra-se no setor de comércio e serviços, dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Esse número tem crescido constantemente nos últimos anos, principalmente por conta da alta absorção de trabalhadores que a economia sul-mato-grossense vem apresentando.

Os saldos positivos no mercado de trabalho são constantes desde 1999 principalmente por conta do desempenho dos setores de comércio, serviços e indústria, os quais apresentam índice de contratação de trabalhadores muito superior ao de desligamento.

Além de todos esses indicadores econômicos positivos destaca-se também o aumento no número de empresas no estado. De acordo com dados do MTE, atualmente são 64.197 empresas constituídas e atuantes no Mato Grosso do Sul, 49,2% acima do registrado em 2002. Mais um indicador do grande dinamismo que a economia vem apresentando nos últimos anos e tende a ampliar nos próximos.



Contudo, o crescimento econômico do Mato Grosso do Sul pode esbarrar nos gargalos dos serviços públicos ofertados à sociedade sul-mato-grossense. Uma economia somente consegue se desenvolver adequadamente com um Estado que funcione da mesma maneira. Sem um poder público eficiente e eficaz os custos de produção crescem enquanto os mercados se reduzem. Diante disso, aumenta a importância do gestor público como profissional capaz de propor às organizações públicas soluções que reduzam custos e agilizem procedimentos, gerando economias de recursos públicos e maior celeridade e qualidade nos serviços oferecidos à sociedade.

Portanto, a formação tecnológica em Gestão Pública atende às necessidades presentes e futuras da economia sul-mato-grossense, além de representar uma oportunidade aos trabalhadores de se qualificarem, assim aproveitando as oportunidades que o dinâmico mercado de trabalho sul-mato-grossense lhes oferece.

1.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DOS CURSOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul -IFMS, que tem como missão de “Promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento técnico e tecnológico, formando profissional humanista e inovador, com vistas a induzir o desenvolvimento econômico e social local, regional e nacional”, oferece cursos de graduação em nível de tecnólogo, bacharelado e licenciatura nas modalidades presencial e a distância, bem como cursos de pós-graduação e extensão, por meio de práticas pedagógicas, estimuladoras e promotoras da cidadania.

O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) tem as seguintes finalidades e características:

- ofertar educação básica, profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades na busca por formação e qualificação dos cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia e com ênfase no desenvolvimento socioeconômico regional e nacional;
- desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo para geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- promover a integração e a verticalização da educação básica com a educação profissional e a educação superior, a fim de otimizar a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- estimular as atividades socioculturais, as práticas artísticas e esportivas e o



desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

- orientar a oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do IFMS;

- promover a extensão aberta à participação da comunidade com vistas à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, geradas para promover a circulação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, dos resultados da pesquisa e de outras formas de comunicação;

- constituir-se em centro de excelência na oferta de ensino de gestão pública, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, como forma de estimular o desenvolvimento de espírito crítico voltado à investigação;

- desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

- realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e

- promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente voltadas ao desenvolvimento sustentável.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do IFMS, busca por meio da educação, valorizar o homem em sua integridade, para que possa realizar suas aspirações maiores que lhe dão a identidade no tempo e no espaço, como agente de transformação social, na construção de sua história, apontando caminhos dentro das oportunidades de desenvolvimento regional e nacional, considerando a atuação do EaD e os polos de apoio presencial.

A articulação e a integração do IFMS com a sociedade ocorrem por meio da extensão universitária, a partir dos projetos, eventos e cursos de extensão, da cooperação interinstitucional e da prestação de serviços.

Em consonância com a missão institucional e as orientações do Projeto Pedagógico Institucional (PDI), o IFMS tem como objetivo principal garantir a excelência de ensino e a qualidade na pesquisa e na extensão. A instituição possui um corpo docente formado, predominantemente, por doutores e mestres e uma equipe de técnicos e profissionais preparados para o desenvolvimento das atividades necessárias ao bom desempenho da Instituição.

A gestão acadêmica envolve a tomada de decisões pedagógicas e operacionais.



Como apoio, o Coordenador do curso dispõe dos sistemas: acadêmico institucional SIGA EDU, AVA – Moodle, Portal, bem como o site www.ifms.edu.br. A comunicação é basicamente eletrônica e as atividades da coordenação estão, por vezes, diretamente relacionadas à área administrativa, o que requer planejamento constante e comunicação eficiente de ambas as partes.

Além disso, diante das suas atribuições, a coordenação trabalha em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), que atua na concepção, formulação, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), e com o Colegiado de Curso, aliados fundamentais do coordenador.

Portanto, de acordo com as orientações emanadas pelo Ministério da Educação, é dada importância ao Projeto Pedagógico Institucional, Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico de Curso e Currículo como documentos que explicitam o posicionamento a respeito da sociedade, da educação e do ser humano, assegurando o cumprimento de suas políticas e ações. Como política institucional, busca-se continuamente a articulação entre a gestão do curso, bem como a adequação e implantação das políticas institucionais constantes no PDI.

Neste contexto, o PPC e o currículo, muito mais que documentos técnico-burocráticos, constituem-se em instrumentos de ação política e pedagógica que garantem aos discentes uma formação global e crítica de modo a capacitá-los profissionalmente, e a proporcionar o desenvolvimento pessoal e profissional.

No âmbito dos cursos superiores de educação a distância no IFMS, as políticas visam à formação integral humana em uma perspectiva ética e de responsabilidade social e ambiental. Essa preocupação está presente nos eixos temáticos propostos que sinalizam o engajamento dos estudantes no sentido de exercitarem um pensamento reflexivo, possibilitando o entendimento dos problemas do mundo presente e a intervenção de serviços para a comunidade, tendo, com ela, uma relação de reciprocidade.

Os processos pedagógicos desenvolvidos no IFMS se assentam sobre a ideia de trabalho como um princípio educativo, alinhando as concepções de ser humano, sociedade e educação. O trabalho é, nessa perspectiva, concebido como processo pelo qual as sociedades e os homens se constituem, os seres humanos criam e recriam a si próprios e suas relações sociais mediados pela ação consciente do trabalho. Trabalho é atividade humana criadora de realidades sociais.



2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

O curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade de Educação a Distância do IFMS, objetiva formar Gestores que contribuam, por meio de seus conhecimentos, habilidades e atitudes, à profissionalização da gestão pública, nas esferas federal, estadual ou municipal, proporcionando sólidos conhecimentos sobre as regulamentações legais específicas do segmento, para que este profissional busque a otimização da capacidade de governo, bem como em Organizações Não Governamentais (ONG).

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública pretende desenvolver profissionais que possam:

- Elaborar e executar os planejamentos da administração pública;
- Planejar implantar e gerenciar programas e projetos de políticas públicas.
- Realizar o processo de prestação de contas à sociedade;
- Compreender a dinâmica de funcionamento dos quadros de servidores públicos;
- Atuar com iniciativa e determinação, respeitando os princípios éticos da função;
- Atuar a partir da visão sistêmica e integrada da gestão pública;
- Elevar os padrões de eficiência, eficácia e efetividade da gestão pública;
- Desenvolver a capacidade de gerenciar pessoas, centrada no desenvolvimento de equipes, na comunicação interpessoal e no espírito de liderança, com foco na participação e na capacidade de tomar decisões dentro dos princípios legais que regulamentam a gestão pública e do senso de compromisso com a sociedade;
- Desenvolver o senso crítico em relação à análise do contexto político, econômico, social e cultural do país, estado ou município;
- Gerenciar recursos de acordo com os preceitos legais que regulamentam a gestão pública, com ética e responsabilidade social.
- Possibilitar o desenvolvimento e implementação de projetos de políticas públicas, de modo a obter o maior benefício possível para a população com a utilização racional dos recursos públicos colocados a serviço da sociedade.



3. CARACTERÍSTICAS DO CURSO

Os cursos superiores de tecnologia possuem uma estrutura curricular fundamentada na concepção de eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), instituído pela Portaria MEC nº. 10/2006. Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos se constituem de agrupamentos dos fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.

Desse modo, a matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública organiza-se em quatro semestres, com períodos semestrais, que compreendem disciplinas destinadas à caracterização da identidade do profissional tecnólogo, contemplando conhecimentos intrínsecos à área do curso, conhecimentos necessários à integração curricular e conhecimentos imprescindíveis à formação específica, totalizando uma carga horária de 1630 horas.

A conclusão desses módulos propicia ao estudante a diplomação/certificação como Tecnólogo em Gestão Pública, e tem por objetivo dar-lhe uma formação que o habilite a produzir conhecimentos científicos e tecnológicos de forma crítica na área específica de sua formação. A organização do currículo obedecerá às orientações emanadas, para cada curso, das resoluções do Conselho de Superior (COSUP) do IFMS.

3.1. PÚBLICO-ALVO

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na Modalidade Educação a Distância será ofertado a estudantes com Ensino Médio concluído em quaisquer modalidades regulamentadas e reconhecidas pelas Secretarias de Estado e pelo MEC. Ainda, profissionais que atuem ou pretendam atuar com a administração pública, bem como demais profissionais graduados envolvidos com a gestão pública e/ou com atividades diretamente ligadas às organizações públicas.

3.2. FORMA DE INGRESSO

A forma de acesso ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFMS dá-



se por meio do Processo Seletivo, a partir da nota obtida pelo candidato no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), segundo critérios previstos em edital próprio. Neste Processo Seletivo somente serão aceitas inscrições dos candidatos que participaram da última edição do ENEM e que, cumulativamente, obtiveram nota acima de zero na prova de redação, conforme disposto na Portaria MEC nº. 391, de 07 de fevereiro de 2002.

Atualmente, em concordância com o disposto na Lei nº 12.711 de 29/08/2012, no Decreto nº 7.824 de 11/10/2012, na Portaria Normativa/MEC nº 18 de 11/10/2012 e na Portaria Normativa/MEC nº 21 de 5/11/2012, há reserva de 50% das vagas disponíveis para estudantes egressos de escola pública. As ações afirmativas contemplam, ainda, os candidatos que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas, e estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita.

Caso haja vagas remanescentes serão ofertadas nas formas abaixo:

- Por meio de edital de ingresso para portadores de diploma ou mediante transferência interna e externa, de outras instituições públicas ou privadas de ensino superior. As vagas para portadores de diploma destinam-se a candidatos com curso superior concluído; as vagas de transferência para candidatos que estejam cursando outra instituição pública ou privada, em ambos os casos as vagas são divulgadas via edital próprio emitido pela Pró-Reitoria de Ensino e Pós-Graduação (PROEN) no site oficial do IFMS.

3.3. REGIME DE ENSINO

O curso será desenvolvido em regime semestral, sendo o ano civil dividido em dois períodos letivos de, no mínimo, 100 dias de trabalho escolar efetivo. As unidades curriculares serão agrupadas em módulos, sendo que cada período letivo é composto por três módulos.

3.4. REGIME DE MATRÍCULA

Operacionalizada por unidades curriculares, a matrícula deverá ser requerida e renovada pelo interessado semestralmente na Central de relacionamento do campus. Os períodos e datas limites de cancelamento, trancamento e rematrícula são estabelecidos em calendário oficial do IFMS divulgado no site da instituição. As normas e o regime de matrícula estão definidos no Regulamento da Organização Didático Pedagógica dos Cursos de Graduação, disponível junto com os demais regulamentos no site oficial do IFMS.



3.5. DETALHAMENTO DO CURSO

Tipo: Superior de Tecnologia.

Modalidade: Educação a distância.

Denominação: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

Habilitação: Tecnólogo.

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios.

Endereço de oferta: Nos câmpus do IFMS

E-mail: dires@ifms.edu.br

Telefone: (67) 3378-9500

Localização: Nos câmpus do IFMS

Turno de funcionamento: Noturno

Número de vagas anuais: 40 por polo

Carga horária total: 1.630

Periodicidade: Semestral.

Integralização mínima do curso: 4 semestres.

Integralização máxima do curso: 8 semestres.

Ano/semestre de início do funcionamento do curso: Primeiro Semestre de 2016

Coordenador do curso: Suellen Moreira de Oliveira - Doutora - Câmpus Três Lagoas

4. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

De acordo com o Parecer CNE/CP nº. 29/2002, os cursos de graduação tecnológica devem primar por uma formação em processo contínuo. Essa formação deve pautar-se pela descoberta do conhecimento e pelo desenvolvimento de competências profissionais necessárias ao longo da vida.

A formação tecnológica proposta neste Projeto Pedagógico de Curso para Tecnólogo em Gestão Pública propiciará ao estudante condições de: assimilar, integrar e produzir conhecimentos científicos e tecnológicos na área específica de sua formação; analisar criticamente a dinâmica da sociedade brasileira e as diferentes formas de participação do cidadão-tecnólogo nesse contexto; e desenvolver as capacidades necessárias ao desempenho das atividades profissionais.

Assim, dialogando com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (MEC), o Tecnólogo em Gestão Pública atua profissionalmente em instituições públicas, nas



esferas federal, estadual ou municipal, exercendo atividades centradas no planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas. O trato com pessoas, a visão ampla e sistêmica da gestão pública, a capacidade de comunicação, trabalho em equipe e liderança são características que também integram a formação deste tecnólogo que atuará como corresponsável na identificação e análise de problemas, organização, liderança e controle democrático das organizações da sociedade civil e da administração pública direta e indireta.

Neste contexto, com uma formação que proporciona sólidos conhecimentos sobre as regulamentações legais específicas do segmento, este profissional desempenhará um papel chave na busca à otimização da capacidade de governo.

Desta forma, o perfil do egresso Tecnólogo em Gestão Pública contempla um profissional com formação plural, interdisciplinar, crítica e em sintonia com os desafios inerentes às sociedades democráticas, pois em um contexto de complexidade e incertezas, esse profissional desempenha a função de mediador, integrador e catalisador no uso de saberes aplicados aos princípios constitucionais da gestão pública.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

5.1. FLEXIBILIDADE CURRICULAR

A Organização da estrutura curricular constitui-se em um item importante do PPC e é nela que se visualiza, de modo amplo, a estrutura de todo o CST em Gestão Pública e se explicitam as concepções de mundo, ser humano, educação, conhecimento e sociedade, que dão identidade ao curso e às políticas do IFMS. A organização curricular proposta evidencia os aspectos de flexibilidade, interdisciplinaridade, articulação entre teoria e prática e atende às determinações legais no que diz respeito à carga horária total do curso.

O tempo normal para a conclusão do curso corresponde a 4 semestres letivos. A duração máxima obedecerá ao estabelecido no regulamento da Organização Didático Pedagógica dos Cursos de Graduação do IFMS, que prevê em seu art. 26, o desligamento compulsório ou jubramento ao estudante que não tenha concluído seu curso dentro do prazo máximo estabelecido.

A legitimidade do PPC do CST em Gestão Pública está ligada ao grau e nível de participação efetiva de toda a comunidade acadêmica e administrativa no processo de sua construção. Dessa forma, o currículo deve caracterizar as bases conceituais da formação



acadêmica e profissional. Ele é um complexo dos diversos processos relacionados com a formação profissional, humanística dos estudantes e deve ser traduzidas por componentes curriculares que se organizem a partir de semestres, módulos, disciplinas, que contemplem a inclusão desses diferentes componentes, os quais integram conteúdos em projetos de ensino, experiências e atividades de ensino e de extensão, expressando a tradução das ações e dos movimentos necessários ao ensino e à aprendizagem.

Para construí-lo, é necessária uma seleção de conhecimentos, competências, habilidades, atitudes, valores, metodologias e situações de aprendizagem consideradas importantes, tendo por referência determinados destinatários e contextos do estado do conhecimento elaborado e da realidade cotidiana dos sujeitos, da cultura e da ciência em suas diferentes dimensões.

É importante frisar que a referida seleção deve ser um processo coletivo, desenvolvida pelo Núcleo Docente Estruturante, pois selecionar, classificar, distribuir e avaliar conteúdos curriculares acionam as múltiplas representações que percorrem os espaços culturais.

Essa é a perspectiva do IFMS em torno da qual se organizam todos os seus cursos, os quais assumem alguns princípios que permeiam toda sua organização curricular e que direciona, portanto, o CST em Gestão Pública, definindo-se como uma de suas vertentes estruturantes. Considera-se, portanto, os seguintes fatores:

O Curso Superior de Tecnologia – deve ser compreendido como o espaço da produção do saber, por meio da centralidade da investigação como processo de formação para que se possa compreender fenômenos, relações e movimentos de diferentes realidades e, se possível e necessário, transformar tais realidades.

A Interdisciplinaridade (integração disciplinar) possibilita a análise dos objetos de estudo sob diversos olhares, constituindo-se questionamentos permanentes que permitam a (re) construção do conhecimento.

O CST em Gestão Pública estimulará a Autonomia Intelectual – A autonomia significa ser autor da própria fala e do próprio agir, sendo coerente na integração do conhecimento com a ação e nas decisões profissionais. O desenvolvimento de uma postura investigativa por parte do estudante é fundamental para que construa sua autonomia intelectual e profissional.



A matriz curricular do CST em Gestão Pública foi elaborada seguindo estes princípios e levando em consideração o perfil do egresso pretendido, suas peculiaridades e as necessidades sociais, bem como a atualização dos conteúdos curriculares, a adequação de carga horária e da bibliografia.

As estratégias didáticas pedagógicas representam os instrumentos para a efetiva consolidação da proposta curricular explícita no perfil e nas competências a serem desenvolvidas nos estudantes, dando ênfase para a articulação entre a teoria e a prática operacionalizada por meio de diversas atividades que constituem o modelo pedagógico conforme descrito neste documento.

O CST em Gestão Pública funciona em torno de semestres temáticos que subdividem em temas articulados entre si, sustentando a sistematização gradual e contínua na construção do conhecimento, compartilhando estudos e saberes. Espera-se que esse processo conduza à contínua reflexão dos estudantes visando a consolidar as bases para as competências requeridas.

Os semestres visam, prioritariamente, a integração entre os conhecimentos disciplinares, que uma vez concretiza por ações simultâneas de interesse comum, procura atingir a interdisciplinaridade. Os onze módulos temáticos são articulados de forma orgânica ao longo dos dois anos de vida acadêmica e reúnem as disciplinas da Matriz Curricular do Curso, como demonstrado abaixo:

